



A EDUCAÇÃO POPULAR NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: O PROTAGONISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

LA EDUCACIÓN POPULAR EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEÑA: EL PROTAGONISMO DE LA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

POPULAR EDUCATION IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: THE PROTAGONISM OF THE UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rui Anderson Costa MONTEIRO¹

RESUMO: O projeto de universidade no Brasil estruturou-se numa perspectiva excludente e de bastante elitização. A educação popular surgiu na tentativa de colaborar para mudanças dos contextos de discriminação e injustiças sociais praticadas socialmente, buscando a coexistência da pluralidade de ideias e culturas, além da igualdade de oportunidades na educação. Os movimentos da educação popular transcenderam a alfabetização de adultos e ascenderam ao ensino superior. Este ensaio, fundado na análise documental e na revisão da literatura de cunho freiriano, se deu no âmbito do Observatório da Universidade Popular no Brasil do PPGE da Universidade Nove de Julho com foco nos estudos das matrizes institucionais das universidades criadas no início do século XXI no Brasil. O objetivo consistiu na reflexão do projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul enquanto instituição pública, gratuita e popular, considerando seu potencial de materialização das concepções de Paulo Freire no cenário do ensino superior brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Educação popular. Paulo Freire. Universidade Federal da Fronteira Sul.

RESUMEN: *El proyecto universitario en Brasil se estructuró en una perspectiva excluyente y de grande elitización. La educación popular surgió en un intento de colaborar para cambiar los contextos de discriminación e injusticia social practicados socialmente, buscando la convivencia de la pluralidad de ideas y culturas, además de la igualdad de oportunidades en la educación. Los movimientos de educación popular trascendieron la alfabetización de adultos y ascendieron a la educación superior. Este ensayo, basado en un análisis documental y una revisión de la literatura freireana, se realizó en el ámbito del Observatorio de la Universidad Popular en Brasil del PPGE de la Universidade Nove de Julho, centrándose en los estudios de las matrizes institucionales de las universidades creadas a principios del siglo XXI en Brasil. El objetivo fue reflexionar sobre el proyecto de la Universidade Federal da Fronteira Sul como institución pública, gratuita y popular, considerando su potencial para materializar las concepciones de Paulo Freire en el escenario de la educación superior brasileña.*

¹ Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo – SP – Brasil. Docente. Doutorado em Educação (UNINOVE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1410-6706>. E-mail: profrianderson@gmail.com



PALABRAS CLAVE: *Enseñanza Superior. Educación popular. Paulo Freire. Universidade Federal da Fronteira Sul.*

ABSTRACT: *The university project in Brazil was structured in an excluding and highly elitist perspective. Popular education emerged in an attempt to collaborate to change the contexts of discrimination and social injustices practiced socially, seeking the coexistence of the plurality of ideas and cultures, in addition to equal opportunities in education. Popular education movements transcended adult literacy and ascended to higher education. This essay, based on documental analysis and a review of the Freirean literature, took place within the scope of the Observatory of the Popular University in Brazil of the PPGE of the Universidade Nove de Julho, focusing on the studies of the institutional matrices of the universities created in the beginning of the 21st century in the Brazil. The objective was to reflect on the project of the Universidade Federal da Fronteira Sul as a public, free and popular institution, considering its potential to materialize Paulo Freire's conceptions in the Brazilian higher education scenario.*

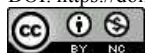
KEYWORDS: *University Education. Popular education. Paulo Freire. Universidade Federal da Fronteira Sul.*

Introdução

Este trabalho se apresenta como um ensaio acadêmico amparado na revisão da literatura que engloba os pressupostos freirianos e na análise documental sobre a criação e a estrutura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Essa instituição de ensino superior (IES) se tornou o referencial de modelo universitário contra-hegemônico ao inserir em seu Projeto Político Pedagógico as categorias e dimensões da educação popular que, inicialmente, foram desenvolvidas no interior do país como instrumento de combate ao analfabetismo, mas, em sua essência, também serviu para fundamentar a luta em prol do acesso e da permanência no ensino superior brasileiro.

Essa revisão e a respectiva análise se deram no âmbito do OBEDUC-Uninove (projeto de pesquisa intitulado “Observatório da Universidade Popular no Brasil”) aprovado pela CAPES e desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (PPGE-Uninove), o qual tinha como objeto de estudo as matrizes institucionais e a estrutura organizacional das recentes universidades criadas no início do século XXI no Brasil, propondo diferenciação em relação aos modelos tradicionais de educação superior que historicamente influíram na organização do setor no país: napoleônico, humboldtiano e estadunidense.

A literatura acadêmica sobre a trajetória histórica de construção da universidade





brasileira parece unânime em afirmar que, diante da heterogeneidade sociocultural do nosso país e dos desequilíbrios sociais apresentados, ela se firmou numa perspectiva de um ideário excludente, dado seu objetivo fundamental de formar nossas elites intelectuais em áreas de conhecimento tradicionalmente de prestígio econômico e político no processo de urbanização e industrialização, em tese, os cursos de Direito, Medicina e Engenharia.

Desde a instalação das primeiras universidades em solo brasileiro, no início do século XX, com notável atraso em relação aos países de colonização espanhola, a organização acadêmica denominada universidade vinculou-se mais estreitamente à proposta de formar profissionais à base da meritocracia, reproduzindo a hierarquização posta no interior da própria sociedade, e de responder aos desafios do desenvolvimento econômico. Em meio à incipiente estruturação da educação básica, a universidade se tornou um campo de extrema exclusão e elitização.

Esse cenário ficou latente e se reafirmou ao longo de todo o século passado, principalmente a partir da década de 1990, em que vimos o Estado diminuir paulatinamente sua participação nas políticas de bem-estar social. Isso abriu caminho ao neoliberalismo por meio de privatização de serviços e de empresas públicas em função dos interesses dos mercados internacionais demarcados pelo processo da globalização contemporânea na passagem do século XX ao XXI, atingindo diretamente o sistema educacional brasileiro com políticas em favor da proliferação das instituições de ensino superior (IES) privadas e sensível estagnação das universidades públicas.

A redemocratização política iniciada nos anos de 1980, mesmo alargando o campo dos direitos sociais e visando a proteção da cidadania do arbítrio dos poderosos, contribuiu para referendar valores culturais e sociais hegemônicos como o comportamento de consumo no estilo europeu e norte-americano, o individualismo, a competitividade exacerbada, entre outros, de forma a colaborar para a desconsideração da cultura nacional.

A difusão da concepção de educação popular de Paulo Freire e de suas respectivas práticas pedagógicas, fomentadas no Brasil e difundidas internacionalmente, tiveram importante papel na valorização da diversidade cultural, da cultura popular e da história dos indivíduos. Amparada no senso de justiça, surgiu com a reivindicação política de universalização da escolarização, propondo que as camadas mais pobres, isto é, a massa subalternizada, tivesse igual acesso e fosse igualmente ouvida.

Essa concepção e suas práticas romperam limites e o discurso da educação popular de Paulo Freire, desenvolvido no interior do Brasil aos adultos pobres e analfabetos, elevou-se aos





outros níveis de ensino, fundamentando a luta e os princípios do ensino superior em uma proposta de um novo modelo institucional universitário brasileiro: a Universidade Federal da Fronteira Sul.

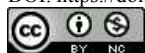
A Educação popular

A condução da educação no geral e, em especial, no Brasil, sempre se vinculou aos pequenos grupos dominantes detentores do poder econômico, da força política, do controle do conhecimento e das ferramentas de acesso e difusão da informação, gerando um padrão sociocultural definido como cultura hegemônica e com referência histórica ocidental europeia. No processo de colonização, o modo de pensar e os padrões comportamentais ocidentocêntricos ignoravam, e até mesmo destruíam, qualquer coisa fora do contexto do homem branco, europeu e cristão, ao qual se agregou a perspectiva ideológica dos Estados Unidos, especialmente após a Segunda Guerra Mundial.

Tal processo gerou um perfil cultural dominante e elitizado, fortemente difundido a partir do século XVIII com a Revolução Industrial, e as estruturas escolares passaram a ter a finalidade e o compromisso com o desenvolvimento da economia industrial, objetivando a formação dos cidadãos de acordo com as necessidades da produção e do consumo. Esse modelo educacional existente tornou-se restrito àqueles pertencentes à elite, mesmo com a massificação da escola primária propagada a partir do século XIX.

Na contramão dessa lógica, a educação popular passou a advogar em favor não só dos desfavorecidos economicamente, mas também das pessoas portadoras com deficiências, das mulheres subjugadas ao longo do tempo, dos negros vitimados pela escravidão e pelo preconceito racial, dos indígenas que perderam suas terras e referências culturais, enfim, dos oprimidos cuja condição de pobreza material e suposta inferioridade cultural (na visão hegemônica) não lhes trouxeram as mesmas oportunidades sociais, econômicas e políticas.

No pequeno domínio de teorias e trabalhos que pensamos haver inventado entre 60 e 64 e a que anos mais tarde demos o nome de educação popular, surgiu e por algum tempo floresceu um tipo relativamente inovador de prática pedagógica. Ela reciou para sua identidade e uso um sentido novo para um nome antigo: cultura popular. Envolveu pessoas como Paulo Freire e seus primeiros companheiros nordestinos de trabalho e difundiu-se entre diferentes categorias de sujeitos sociais: o estudantado secundarista e universitário, intelectuais militantes cristãos, artistas eruditos e populares, dirigentes de agremiações e de partidos políticos (BRANDÃO, 1986, p. 14).





A concepção de Paulo Freire sobre educação, assim como dos educadores populares dos anos 50 em diante, critica fortemente o modelo de ensino implantado pela estrutura social e cultural gerada no capitalismo. A pedagogia praticada nos sistemas escolares nesse contexto levou à constituição da escola tradicional burguesa, num formato hierarquizado de educação em que o controle e o poder estão centrados no professor e nas estruturas de autoridade escolar, sendo o aluno mero expectador. Somado a isso, o sistema escolar se apresentou excludente e inacessível à boa parcela da população.

A palavra “popular” tende a ser utilizada para expressar aquilo relacionado aos desprovidos de condições básicas (tanto materiais quanto intelectuais) para uma vida digna em favor do exercício de sua cidadania, mas, na atualidade, tem transcendido a outras categorias conhecidas como “minorias”. Paulo Freire definiu esses segmentos como oprimidos e postulou uma educação (e uma escola) para o povo, do povo e a partir dele.

A educação popular é uma concepção prático-teórica e também uma metodologia de educação voltada a articular os diferentes saberes e práticas, as dimensões culturais e os direitos humanos, o compromisso com o diálogo e o protagonismo das classes populares nas transformações sociais. Antes mesmo de inserir-se em espaços institucionais, consolidou-se como um instrumento das lutas populares no Brasil, no campo e na cidade.

O documento-guia preparado pela Secretaria Nacional de Articulação Social (BRASIL, 2014) conceitua educação popular como um conjunto de formulações teóricas e práticas pedagógicas destinadas à percepção crítica e política do contexto social onde o indivíduo e/ou comunidade estão inseridos, com foco na transformação dessa realidade e na emancipação dos sujeitos que a vivem. A fundamentação dessas práticas é a busca de justiça social, a afirmação de direitos humanos e o estabelecimento da igualdade e da inclusão.

A educação popular surge na tentativa de alterar o quadro histórico de discriminação, injustiças sociais e exclusões praticadas socialmente e mantidas pelos poderes econômicos e culturais, de maneira a coexistirem a pluralidade de ideias e o diálogo entre as culturas, num ambiente no qual as pessoas se socializem de maneira horizontal (igualdade) e o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma crítica, refletida e participativa, e não da imposição.

O que determinará a definição de educação popular não será a idade do aluno, mas a opção e a prática políticas assumidas na práxis educativa (FREIRE, 1983). Na concepção de educação popular, o centro desse movimento é o aluno, porém, não significa a desconsideração ao professor; pelo contrário, ele é peça importante na mediação do ensino-aprendizagem.

No desenvolvimento dessas práticas, os assuntos permeiam a realidade do aluno,





valorizam as diferenças, as culturas, as relações de gênero e étnico-raciais, as questões econômicas e os fundamentos políticos envolvidos na própria dinâmica pedagógica. O processo educacional coerente deve instrumentalizar o estudante na leitura do mundo, antes mesmo de ler a palavra (FREIRE, 1989), compreendendo-se de que educação se refere a um desenvolvimento eminentemente político (FREIRE, 1997).

A proposta da educação popular é de gerar o diálogo e abrir-se às demandas da comunidade por meio de debates dialogados e democráticos. Ela volta seu olhar à intervenção do sistema de ensino no fomento ao pensamento crítico individual e coletivo, buscando o resgate básico do princípio do exercício da cidadania. Isso significa dizer que os efeitos da educação popular não se restringem ao indivíduo, mas se apresentam nas estruturas sociais, principalmente porque irão influenciar os próprios órgãos gerenciais da educação.

Sem perder seus princípios, a educação popular vem se reinventando hoje, incorporando as conquistas das novas tecnologias, retomando velhos temas e incorporando outros: o tema das migrações, da diversidade, o lúdico, a sustentabilidade, a interdisciplinaridade, a intertransculturalidade, a questão de gênero, idade, etnia, sexualidade, desenvolvimento local, emprego e renda... mantendo-se sempre fiel à leitura do mundo das novas conjunturas. (GADOTTI, 2012, p. 22).

Diante da difícil realidade e peculiaridades brasileiras, e porque não dizer no mundo inteiro, não é de se estranhar a expansão geográfica da concepção de educação popular, influenciando os currículos da educação básica e dos cursos de nível superior de modo a fazer o aluno crescer e se desenvolver criticamente, tornando-se um profissional/trabalhador ciente de seus valores, seus direitos e suas responsabilidades sociais.

A educação popular, como prática educacional e como teoria pedagógica, pode ser encontrada em todos os continentes, manifestada em concepções e práticas muito diferentes e até antagônicas. Como concepção geral de educação, ela passou por diversos momentos epistemológicos e organizativos, desde a busca da conscientização, nos anos 1950 e 1960, e a defesa de uma escola pública popular e comunitária, nos anos 1970 e 1980, até a escola cidadã, nos últimos anos, em um mosaico de interpretações, convergências e divergências (GADOTTI; STANGHERLIM, 2013, p. 20).

Esse modelo teórico e prático de educação, isto é, essa práxis educacional de conceitos e propostas gestados nas lutas e na vida social concreta das comunidades, oferece alternativas para a educação formal em seus diversos níveis e modalidades de ensino. Educação Popular tem como ponto de partida a realidade social, tanto das comunidades locais quanto da sociedade mundial. O objetivo é a construção de um projeto social a se desenvolver na localidade,





transformando a vida das pessoas por meio da contribuição da comunidade que buscará a realização de suas concepções político-sociais críticas, em conexão com as conquistas culturais e o desenvolvimento científico e intelectual gerado mundialmente. A cultura do indivíduo, e também do espaço em que vive, pode ser considerada a essência da nação e o início à estruturação da educação em prol do desenvolvimento da sociedade e de seus cidadãos.

Os princípios da educação popular ultrapassaram as fronteiras da alfabetização de adultos e da educação básica e chegaram à educação superior, cenário este historicamente voltado a reproduzir o *status quo* do poder econômico e intelectual, privando a massa de alcançar conhecimento e formação mais elevada. Isso ocorreu porque os modelos tradicionais de ensino chegaram ao esgotamento, carentes do olhar em favor do desenvolvimento e da diversidade sociocultural.

Preservando-se das influências econômicas que tendem a ver o conhecimento como mercadoria de usufruto pessoal e de competição entre corporações, os fundamentos freirianos alicerçam os movimentos de reconstrução do ensino superior.

O Ensino Superior brasileiro e sua conexão neoliberal

Os contextos de desenvolvimento industrial-urbano na passagem do século XIX ao século XX marcaram fortemente a constituição e o debate sobre a criação (ou não) de instituições universitárias no país. O modelo universitário passou a fazer parte do cenário institucional da educação brasileira, num processo de composição que atendia, inicialmente, ao perfil das universidades de padrão europeu (os clássicos modelos humboldtiano e napoleônico), aos quais se somou o norte-americano a partir da década de 1960 com a reforma universitária dos militares.

Assim, se construiu o edifício institucional da educação superior no país que, na visão de Del Vecchio e Santos (2016), produziu uma configuração de organizações acadêmicas de tal modo que as universidades públicas passaram a ter a exclusividade da excelência no ensino e a inovação em pesquisa e a iniciativa privada (variados tipos) voltou-se ao ensino, com seus diversos cursos, a fim de atender ao mercado e às massas.

Tal situação envolvendo a iniciativa privada na educação superior decorreu de um amplo processo de expansão relacionado à onda mundial iniciada nos anos de 1960, processo esse acompanhado de diversificação institucional e de privatização, com presença gradativamente maior até se tornarem majoritárias no sistema. O resultado foi o encadeamento





contemporâneo de mercantilização e financeirização. Isso porque as IES foram organizadas como empresas mercantis e numa incidência cada vez mais forte da regulação internacional.

Ao lado da homogeneização econômica e cultural que se instalava pela força desses processos globais, a sociedade brasileira tomava novos rumos políticos e sociais no sentido da conquista e da garantia de direitos, o que incluía o debate sobre acesso, universalidade e gratuidade do ensino público e, especificamente, da educação superior.

Esse nível de ensino, mais sensível às influências da globalização, começou a se organizar nos moldes de gestão empresarial e seus gestores a atuar segundo padrões de eficiência e eficácia, pouco se relacionando à heterogeneidade dos contextos de atuação pedagógica e de gestão das políticas educativas nacionais. Tal modelo tende a desconsiderar as diferenças estruturais e geográficas brasileiras, a diversidade cultural da nossa população e as desigualdades sociais e econômicas presentes em nosso país. Menos ainda observam as especificidades dos nossos sistemas de educação, tanto os do nível básico quanto superior.

Diante do sonho do jovem brasileiro de frequentar uma universidade que potencializou demanda, somado aos novos desenhos das políticas governamentais e a forte influência das instituições financeiras multilaterais (OMC, Banco Mundial e OCDE especialmente), fez com que a universidade se tornasse espaço fértil de mercado. Os governos recuaram em suas políticas de fomento direto permitindo a conjuntura que temos atualmente: universidades públicas insuficientes, sendo estas destinadas à classe média e alta oriundas das boas escolas particulares de educação básica; e as instituições privadas de ensino superior voltadas às classes menos favorecidas, condenadas a elas por terem potencial de “concorrência intelectual” diminuído, pois frequentaram as escolas públicas, cujos processos de ensino são questionados pelos instrumentos de avaliação em larga escala como o PISA e a Prova Brasil.

Em meio aos conflitos de interesse dos mercados que secundarizam as necessidades dos menos favorecidos, observamos um processo de crescimento dos movimentos sociais e de pesquisadores da educação superior se contrapondo a esse modelo de gerenciamento hegemônico da educação superior e à persistente situação de exclusão de contingentes expressivos da população brasileira.

Na tentativa de mudança, sob o abrigo da nova Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), os movimentos sociais passaram à reivindicação constante de ações mais decisivas do Estado em prol da inclusão de segmentos da população (egressos da escola básica pública, minorias indígenas, afrodescendentes, assentados do campo, agricultores familiares, atingidos por barragens, etc.) e de territórios do país até então desfavorecidos em relação ao





nível superior público (interior dos estados, regiões empobrecidas e mal servidas de equipamentos públicos). Adicionou-se a isso a luta pela criação de universidades públicas em locais que, até o momento, eram dependentes da iniciativa privada e de instituições que dificultavam o ingresso dos mais pobres.

Como nem todos podem pagar e muitos não conseguem acessar outros níveis de formação, o que os colocam às margens da cadeia produtiva, afastando-os da possibilidade de emprego e contribuindo à inércia da pobreza, logo, o conhecimento, patrimônio comum da humanidade e fator de emancipação, volta a se converter em elemento de exclusão e de competição, aprisionado a uma visão “científica” da modernidade (SANTOS; TAVARES, 2016).

Em meio a essa realidade, é quase impossível a cultura, os valores, a história e as peculiaridades socioeconômicas não serem abaladas, isto é, o desprestígio da identidade e a omissão de ferramentas à valorização da capacidade de reflexão e posicionamento crítico da população é cerceada diante dos interesses de consumo intenso impostos pela lógica internacional.

Buscando superar o contexto de hegemonia dos modelos convencionais do sistema de educação superior brasileiro, entre 2002-2014, o Brasil promoveu significativas mudanças neste campo, fundando instituições com novas configurações e filosofia, focando na diversificação dos modelos tradicionais existentes: napoleônicos, humboldtianos e estadunidenses (SANTOS; TAVARES, 2016; SEABRA SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012; ROMÃO; LOSS, 2013; BENINCA; SANTOS, 2013), propondo inovações institucionais que buscavam atualizar o sistema de educação superior sob o entendimento de que:

Nos países onde a discriminação no acesso à universidade assenta, em boa parte, nos bloqueios ao nível do ensino básico e médio, a reforma progressista da universidade, por contraposição à proposta pelo Banco Mundial, deve dar incentivos à universidade para promover parcerias ativas, no domínio pedagógico e científico, com as escolas públicas (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p. 49).

Destaca-se que com a política de expansão universitária no século XX, além da ampliação dos números de matrículas e instituições, já no século XXI foram consideradas outras questões, como a interiorização do ensino superior em locais historicamente não contemplados por tais estabelecimentos públicos e dominados pela iniciativa privada. Ocorreu, também, a mudança no perfil do ingresso, isto é, jovens oriundos das camadas mais pobres e estudantes da educação básica pública tiveram a oportunidade de se inserir na universidade pública,





utilizando uma série de expedientes das políticas afirmativas como as cotas, desse modo, diversificando seu público que tradicionalmente era constituído das classes média e alta.

Outro ponto é a valorização em curso da multiculturalidade universitária. Essas novas universidades indicam características de forte compromisso com a inclusão de segmentos sociais anteriormente excluídos: egressos de escolas públicas, população quilombola e indígena e os grupos de movimentos sociais urbanos e rurais. Destaca-se, ainda, a nova perspectiva epistemológica que incorpora novos saberes para além dos estritamente científicos (SANTOS; TAVARES, 2016).

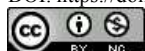
A influência da educação popular no Ensino Superior

O tratamento mercantil dado à produção do conhecimento e à formação superior permitiu que ambos estivessem mais acessíveis aos filhos da riqueza e inacessíveis aos filhos da pobreza. Os excluídos aqui citados são considerados indivíduos desprovidos da capacidade de pensar e agir de maneira livre, de fazer escolhas coerentes e adequadas às suas necessidades e demandas. A imposição estatal coordenada por meio do jogo mercadológico das grandes corporações, com precedência do capitalismo industrial, passou a ditar as regras pelo viés do mercado e dos padrões sociais considerados civilizados. Ao longo da história, houve uma tendência crescente de transformar o estudante num cliente preferencial e num potencial disciplinado e fiel consumidor (TAVARES, 2013).

A educação popular enfatiza a necessidade de processos educativos que dispõem de condições e recursos que permitem aos cidadãos em formação pensarem e analisarem criticamente o cenário de seu entorno. Por isso, a estrutura de ensino deve contemplar aspectos conducentes à emancipação do indivíduo, e isso demanda movimentos educacionais libertadores.

Ao revisitarmos a história da universidade, desde sua origem no ocidente em Bologna/1088, o fato de maior destaque é o seu caráter elitista, pois, apesar da grande contribuição à humanidade, o espírito corporativo predominou e sua estrutura/funcionamento passou a atender suas próprias finalidades, desenvolvendo muitos vícios (elitismo, credencialismo, fragmentação dos saberes, cientificismo e a miopia em relação aos conhecimentos fora de seus muros), sem falar que passou a ser uma prerrogativa das elites e de uma minoria de vanguardistas (ROMÃO; LOSS, 2013).

Independentemente do modelo, estes centros de formação e produção de ciência estão





marcados por uma filosofia de desprezo pelas maiorias trabalhadoras e de grupos minoritários em desvantagem social, dada a valorização da cultura ocidental branca, a subordinação aos interesses do poder econômico e a influência deste nas políticas públicas que geraram, com honrosas exceções, uma organização universitária centralizada, hierarquizada e meritocrática.

A partir dos anos de 1970, a educação como um todo, mas a superior em especial, tornou-se um projeto de mercado ambicioso do neoliberalismo e a universidade pouco fez para combater ou apresentar outras opções que mantivessem a educação blindada dessa opção ideológica (ROMÃO; LOSS, 2013). Tal situação fez surgir a mobilização de vários grupos contrários à lógica hegemônica, o que levou o país a conviver com um movimento de valorização das culturas, dos costumes e das histórias de comunidades, sociedades e povos secundarizados e deixados de lado durante séculos como se não existissem e nada tivessem colaborado para a humanidade.

Está cada vez mais evidente o fato de o modelo pautado no padrão ocidental capitalista não atender plenamente às demandas do convívio social, posto que essa dinâmica está vilipendiada por um modo único de pensamento, eliminando outras possibilidades filosóficas e culturais, outros saberes e racionalidades (TAVARES, 2013). Essa estrutura produz o impedimento à presença das comunidades e da sociedade civil como partícipes na regulação dos sistemas de produção de conhecimento e de promoção da informação, elementos necessários à vida social e cultural contemporâneas.

Em uma sociedade de valorização da informação e do conhecimento, traçar limites impeditivos à difusão e produção democráticas do conhecimento significa a continuidade do modelo epistemológico ocidentocêntrico que instituiu e privilegiou a disciplinarização, a departamentalização, a competição entre e no interior dos campos de saberes e, nos termos de Tavares (2013), uma lógica circular não dialética.

A universidade brasileira construiu um histórico negativo quanto aos seus valores, se tornou herdeira da universidade corporativa europeia, exacerbando os vícios que referendavam a lógica da elitização, e se tornou vassala da universidade tecnicista norte-americana, porque ostentou o “competitivismo” e naturalizou a hierarquização em seus processos e a mercantilização de seus objetivos (ROMÃO; LOSS, 2013).

É preciso refletir sobre o papel de uma instituição que postula a incorporação de outros modelos de racionalidade e epistemologias, objetivando o resultado de trazer a diversidade cultural existente no mundo ao campo acadêmico, vale dizer, ao campo epistemológico, na medida em que procura a inserção de novas camadas populacionais até então privadas do acesso





à educação superior, assim como de novos territórios ainda sem a presença de instituições públicas de educação superior (SANTOS; TAVARES, 2016); por isso, a universidade popular se coloca como protagonista.

A universidade popular precisa ser entendida como alternativa à universidade neoliberal, procurando manter coerência e equilíbrio em suas concepções de educação popular dentro das perspectivas pedagógicas de matriz libertária, combatendo toda forma de mercantilização, privatização, alienação e desumanização, pois “uma universidade pública, gratuita e popular não constitui um movimento “para”, e sim “com” as classes populares” (GADOTTI; STANGHERLIM, 2013, p. 33).

No Brasil, a educação popular partiu dos pressupostos e experimentos pedagógicos de Paulo Freire na década de 1960 e, mais contemporaneamente, influenciou a ideia de Universidade Popular fomentada na primeira década do século XXI, na tentativa de responder às críticas tanto à educação superior tradicional (universidades clássicas de modelo napoleônico e humboldtiano) quanto ao modelo neoliberal (universidades norte-americanas e *world class universities*), constituindo uma tentativa de superação ao corporativismo e ao mercantilismo (ROMÃO; LOSS, 2013).

A universidade popular no Brasil assume papel fundamental no meio acadêmico de restauração dos valores e dos fundamentos de cidadania que foram vilipendiados por décadas sob a justificativa do progresso e do crescimento econômico. A sociedade simplesmente fechou seus olhos para grupos oprimidos e desfavorecidos e às diferenças, por meio do bombardeamento da cultura europeia e norte-americana difundidas com furor na mídia e pelas próprias instituições acadêmicas.

“Não é possível que o mundo dito ‘civilizado’ continue a excluir a diversidade cultural que existe no mundo e a reger-se por um modelo monocultural, ocidentocêntrico e etnocêntrico de desenvolvimento” (TAVARES, 2013, p. 56). A universidade popular, baseada nos valores democráticos e na busca pela desalienação social, surge como espaço dialético fundamental na estrutura educacional brasileira.

A Universidade Federal da Fronteira Sul

A UFFS foi produto do poder de mobilização e de convencimento público dos movimentos sociais e das lideranças políticas e comunitárias da Região Sul do Brasil. Sua história começou a ser forjada nas lutas dos movimentos sociais populares da região que é berço





de alguns dos mais importantes movimentos populares do campo no país. Nesses grupos, por meio da união de forças, destaca-se a participação da Via Campesina e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade (UFFS, 2010).

Fundada pela Lei Federal nº. 12.029, de 15 de setembro de 2009, (BRASIL, 2009) ostenta em seu Projeto Político Pedagógico atributos no tocante a uma instituição pública, gratuita e popular. Atualmente, a UFFS já formou suas primeiras turmas e tem aplicado com coerência os critérios de seleção para ingresso, considerando o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), priorizando os alunos de escolas públicas e as necessidades das regiões em que seus *campi* estão instalados.

A UFFS, desde o seu primeiro processo seletivo, favoreceu o ingresso dos alunos provindos da escola pública. Por meio do fator escola pública, índice de 10%, 20% ou 30% aplicado à nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), contemplava cada ano do ensino médio cursado nessa rede escolar (UFFS, 2015, p. 02).

Com a nova legislação, a UFFS adota a reserva de vagas aos alunos oriundos da escola pública, observando o percentual de matrículas no Ensino Médio da Região Sul, o que contribuiu para o aumento do número de estudantes pretos, pardos e indígenas, além de estrangeiros, como é o caso dos haitianos.

A matriz curricular está organizada em três eixos, de maneira a formar o profissional sem deixar os valores democráticos e de cidadania de lado: I. Domínio Comum, com foco na formação para a Cidadania Ativa Multicultural; II. Domínio Conexo, conjunto de disciplinas que propõe interfaces entre vários cursos de uma mesma grande área do conhecimento e; III. Domínio Específico, que se refere aos conteúdos determinantes de cada profissão (UFFS, 2012).

A gestão da UFFS tem como finalidade atender de maneira coerente a integração das suas principais responsabilidades (ensino, pesquisa, extensão). Seu processo gerencial congrega vários órgãos com participação de toda a comunidade acadêmica e da comunidade externa. O Estatuto da UFFS foi aprovado pela Resolução nº 31/2015 prevendo em seu artigo 2º a autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e de patrimônio, e isso deveria acontecer inclusive nos seus *campi*, uma vez que a forte característica da UFFS é exatamente ser uma instituição multicampi.

§1º A UFFS adota um regime de administração descentralizada e democrática



nos seus campi universitários, garantindo isonomia quanto à representatividade, ao planejamento, ao orçamento, ao financiamento e à administração.

§2º A administração descentralizada e democrática é feita por meio de delegação de competência conferida pelo reitor (UFFS, 2015, art. 22).

Por fim, a UFFS propõe o sistema de avaliação afastado dos modelos tradicionais, pois estes impedem o progresso de seus alunos no processo de formação: primeiro, porque terão dificuldades de acompanhar a dinâmica universitária dadas as limitações apresentadas na formação anterior; segundo, porque esses modelos não garantem aprendizagem. Sabe-se que as avaliações medem determinada informação em um dado momento e a melhor formação vem de contexto problematizado a partir de estímulos culturais variados. Por isso, o Regimento Interno da universidade apresenta a avaliação do processo de ensino e aprendizagem como diagnóstica, continuada, sistemática e formativa. O rendimento é constatado pelo aproveitamento dos componentes curriculares e, também, pela assiduidade.

A apresentação dessas características coloca a Universidade Federal da Fronteira Sul como marco inicial das categorias freirianas na construção de ensino superior diferenciado e mais próximo da realidade social brasileira a partir da gestão democrática, das práticas pedagógicas dialogadas e do tratamento humanizado em favor da formação crítica do sujeito autônomo, da valorização da liberdade e advogando em prol da responsabilidade social.

Considerações finais

A universidade que se propõe ser popular assume o compromisso, não de se efetivar e enraizar suas ideias como mais uma forma de fundamentalismo cultural ou nacional, mas de ser espaço de constante revisitação de seus preceitos e reorganização das suas estruturas a fim de atender a sociedade em sua diversidade e riqueza culturais, favorecendo as mudanças político-sociais que congreguem a todos. Esse é o caminho dinâmico de valorização da diversidade cultural e de compreensão da contínua transformação das várias culturas no transcorrer do tempo.

Entendemos ser um projeto ambicioso de contra hegemonia que busca indicar à sociedade a existência de outros caminhos em termos de políticas públicas para a área da educação superior. Quando se propõe uma universidade popular, se estabelece um pacto com a valorização do oprimido, com aquele que, ao longo da história, não foi ouvido nem incluído. Trata-se de ter a capacidade de enxergar a cultura escondida violentamente pelos signos colonizadores e possuir a complexa missão de desafiar nossas mentes, valores e crenças ao se





expor em benefício do outro, quando todos estão voltados para si mesmos.

Afirmamos que a UFFS é pioneira na incorporação dos valores freirianos de educação popular transferidos do chão de terra batida do interior nordestino em favor dos analfabetos na direção do cenário elitizado da educação superior, transformando-o em espaço de diálogo, participação, autonomia, acesso e luta.

É uma universidade popular em construção. Trata-se do desafio em transcender a perspectiva da especificidade em função da formação humanística, de valorização da cidadania, dos direitos humanos e da capacidade de análise crítica da heterogeneidade socioeconômica e cultural brasileira. O que se afirma é o enfrentamento ao modelo tradicional e conservador pelo qual as demais instituições foram formadas.

O exemplo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), na valorização das minorias no acesso e permanência no ensino superior, se enquadra na filosofia postulada por Paulo Freire. Faz-se necessário o contínuo acompanhamento e constantes pesquisas sobre seus resultados de maneira a aperfeiçoar suas estruturas e, quem sabe, ampliar este modelo a outros espaços da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BENINCA, D.; SANTOS, E. O caráter popular da educação superior. *In*: SANTOS, E.; MAFRA, J. F.; ROMÃO, J. E. (org.). **Universidade popular: Teorias, práticas e perspectivas**. Brasília, DF: Liber Livros, 2013.

BRANDÃO, C. R. **Educação como cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.029, de 15 de setembro de 2009**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília, DF: DEPMC, 2014.

DEL VECHIO, A.; SANTOS, E. Educação superior no Brasil: Breves apontamentos sobre o lugar e o papel da diversidade institucional. *In*: DEL VECHIO, A.; SANTOS, E. **Educação Superior no Brasil: Modelos e missões institucionais**. São Paulo: BT Acadêmica, 2016.





FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: Em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, M. Educação popular, educação social, educação comunitária: Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos**, Brasília, v. 18, n. 2, p. 10-32, dez. 2012. Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/viewArticle/3909>. Acesso em: 30 jun. 2021.

GADOTTI, M.; STANGHERLIM, R. A universidade na perspectiva da educação popular. *In*: MAFRA, J. F.; ROMÃO, J. E.; SANTOS, E. (org.). **Universidade popular**: Teorias, práticas e perspectivas. Brasília, DF: Líber Livros, 2013.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A universidade no século XXI**: Para uma universidade nova. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. Ministério da Educação. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia**: Licenciatura. Chapecó: UFFS, 2010.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). **Resolução n. 31/CONSUNI/UFFS/2015**. Aprova adequações ao novo Estatuto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2015. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2015-0031>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ROMÃO, J. E.; LOSS, A. S. A Universidade Popular no Brasil. *In*: SANTOS, E.; MAFRA, J. F.; ROMÃO, J. E. (org.). **Universidade Popular**: teorias, práticas e perspectivas. Brasília, DF: Liber Livro, 2013.

SANTOS, J. E. O.; TAVARES, M. Desafios históricos da inclusão: Características institucionais de duas novas universidades federais brasileiras. **Arquivos analíticos de políticas educativas**, Estados Unidos, v. 24, p. 1-22, 2016. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/2260>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SEABRA SANTOS, F.; ALMEIDA FILHO, N. **A quarta missão da universidade**: Internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. Brasília, DF: Editora UNB, 2012.

TAVARES, M. A Universidade e a pluridiversidade epistemológica: A construção do conhecimento em função de outros paradigmas epistemológicos não ocidentocêntricos. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 24, n. 24, p. 49-74, 2013. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4177>. Acesso em: 13 maio 2021.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Plano de Desenvolvimento Institucional -**





PDI 2012-2016. Chapecó: UFFS, 2012. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional. Acesso em: 30 jun. 2021.

Como referenciar este artigo

MONTEIRO, R. A. C. A Educação popular no Ensino Superior brasileiro: O protagonismo da Universidade Federal da Fronteira Sul. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 14, n. 00, e022002, 2022. e-ISSN: 1982-8632. DOI: <https://doi.org/10.26843/ae.v15i00.1142>

Submetido em: 19/02/2022

Revisões requeridas: 28/03/2022

Aprovado em: 06/05/2022

Publicado em: 01/06/2022

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

